



EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2008

O Pregoeiro do Ministério Público, designado pela portaria nº 1.566/07, torna público **que no dia 17 de março de 2008, às 15h00**, no auditório da Procuradoria-Geral de Justiça, localizada na Rua Rodrigues de Aquino, s/n, Centro, em João Pessoa - PB, será realizada licitação na modalidade PREGÃO, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, observadas às disposições contidas na Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002, Decreto Federal nº 3.555, de 08/08/2000, e suas alterações, c/c do Decreto Estadual nº 24.649/2003, de 03/12/2003, aplicando-se, subsidiariamente, no que couber, a Lei 8.666, de 21/06/93, com suas alterações e demais exigências deste Edital.

Telefones para contato: (83) 2107-6064.

1. DO OBJETO

Seleção de pessoa(s) jurídica(s) **do ramo pertinente, especializada, objetivando a contratação de empresa prestadora de serviços de seguro total (colisão, incêndio e roubo)** para a frota do Ministério Público, conforme especificações constantes do Anexo III deste Edital..

2. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

2.1. **Só poderão participar deste pregão COMPANHIAS SEGURADORAS** que atenderem a todas as exigências deste edital e seus anexos.

2.2. A Companhia Seguradora vencedora da licitação deverá manter nesta Capital, durante a vigência do contrato, representante para atender o Ministério Público/Procuradoria-Geral de Justiça, com a finalidade de receber e resolver reclamações, acordar, fazer pagamento de indenização e de capitais garantidos, além de outras atribuições, uma vez que é vedada à sociedade seguradora a comercialização, sob qualquer forma de distribuição, de produtos em unidade da federação em que não esteja autorizada a operar, conforme normas regulamentares do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP.

2.3. **Não se admitirá nesta licitação a participação de:**

- a) empresas que não atenderem às condições deste edital;
- b) empresas que estejam sob falência, concurso de credores, dissolução, liquidação ou tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com o poder público no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios e nas respectivas entidades da administração indireta, ou tenham sido suspensas de participar de licitação e impedidas de contratar com a Procuradoria-Geral de Justiça;
- c) empresas reunidas em consórcio e sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si ou possua sócio comum nas empresas que apresentarem propostas para o presente certame, que no caso, será admitido a que apresentar a proposta escrita de menor valor entre elas;



- d) pessoas jurídicas das quais participem, como sócio, gerente e diretores os membros ou servidores do Ministério Público, e ainda, cônjuge, companheiro ou parente até terceiro grau.
- e) Companhias Seguradoras que não possuam oficinas credenciadas ou conveniadas na Cidade de João Pessoa e Campina Grande do Estado da Paraíba.
- f) a participação de corretoras e/ou corretagem no presente certame.**

3. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

3.1. Até 02 (dois) dias úteis, antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório deste pregão, devendo protocolizar o pedido no setor de protocolo, deste órgão, situado à Rua Rodrigues de Aquino, s/n, Centro, João Pessoa – PB, andar térreo- cabendo ao pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

3.1.1. Caso seja acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

3.2. Decairá do direito de impugnar os termos deste edital, por falhas ou irregularidades, o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder à data de realização da sessão pública do pregão, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

3.3. A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório.

4. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

4.1. O interessado ou seu procurador deverá apresentar-se, perante o pregoeiro, para proceder ao respectivo credenciamento, munido dos documentos que o credenciem a participar deste procedimento licitatório, **INCLUSIVE COM PODERES PARA FORMULAÇÃO DE OFERTAS E LANCES VERBAIS.**

4.2. Cada licitante credenciará apenas um representante que será o único admitido a intervir nas fases do procedimento licitatório e a responder pela empresa representada, por todos os atos e efeitos previstos neste edital.

4.3. A ausência do credenciado, em qualquer momento da sessão, importará na imediata exclusão do licitante ora representado, salvo, por expressa autorização do pregoeiro.

4.4. Para o credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos:



MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Processo nº 3302/07
PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2008

- a) tratando-se de representante legal, o estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura; **(cópias autenticadas ou apresentar os originais para conferência)**
- b) tratando-se de procurador, **A PROCURAÇÃO por instrumento público ou particular, com reconhecimento de firma do outorgante, NA QUAL CONSTEM PODERES PARA FORMULAR LANCES**, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhado do correspondente documento, dentre os indicados na alínea "a", que comprove os poderes do mandante para a outorga; **(cópias autenticadas ou apresentar os originais para conferência)**
- c) o representante legal e/ou procurador, deverão identificar-se exibindo o documento oficial de identificação que contenha foto;

4.5.Sendo PROCURAÇÃO PARTICULAR, deverá ter firma reconhecida e estar acompanhada do documento comprobatório dos poderes do outorgante (ato constitutivo/deliberativo da pessoa jurídica - CONTRATO SOCIAL ONDE SE POSSA IDENTIFICAR O ADMINISTRADOR), que deverá ser apresentado no momento do credenciamento.

4.5.1. **Só serão aceitas procurações que tenham sido outorgadas por pessoas munidas de poderes contratuais ou administrativos, desde que comprovado com documentação que possa atestar tal qualidade.**

4.5.1. **Será aceita Carta de Preposição, desde que atendam as exigências contidas para apresentação de Procurações, subitens 4.4, letra "b", 4.5 e 4.5.1, que estão estabelecidas neste item 04 – Credenciamento.**

4.6.Estes documentos (originais ou cópias) deverão ser apresentados no início da sessão do pregão. No caso de cópias, as mesmas devem estar autenticadas por tabelião ou serem pelo pregoeiro ou membro da sua equipe de apoio.

4.7. **A não apresentação ou a incorreção insanável de quaisquer dos documentos de credenciamento, impedirá a participação do licitante no presente certame.**

4.8.**O representante poderá ser substituído, a qualquer momento, por outro devidamente credenciado.**

4.9.**Não será admitida a participação de um mesmo representante para mais de uma empresa licitante.**



5. DA APRESENTAÇÃO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE REQUISITOS E DOS DOCUMENTOS DE PROPOSTA DE PREÇO E HABILITAÇÃO

5.1. No dia, hora e local designados neste edital, na presença dos interessados ou seus representantes, devidamente credenciados, em sessão pública, o pregoeiro, que dirigirá os trabalhos, receberá os documentos abaixo relacionados, sendo registrados em ata os nomes dos licitantes:

5.1.1. Declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação, separada de qualquer dos envelopes exigidos no subitem abaixo, dando ciência de que atende às condições do presente certame, conforme Modelo, constante do Anexo II deste edital, e;

5.1.2. Envelopes separados contendo a documentação exigida para Proposta de Preço (envelope n.º A) e Habilitação (envelope n.º B), devidamente fechados.

5.2. Aberta a sessão não mais serão admitidos novos licitantes.

Os documentos relativos a proposta de preço e a habilitação deverão ser entregues separadamente, em envelopes fechados, rubricados no fecho e identificados com o nome do licitante, o número e objeto da licitação e, respectivamente, os títulos dos conteúdos ("Proposta de Preço" e "Documentos de Habilitação"), na forma das alíneas "a" e "b" a seguir:

a) envelope contendo os documentos relativos à proposta de preço:

À PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO -COPLI
PREGÃO PRESENCIAL 001/2008/MP

LICITANTE: _____
ENVELOPE "A" (PROPOSTA DE PREÇO)

b) envelope contendo os documentos de habilitação:

À PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO -COPLI
PREGÃO PRESENCIAL 001/2008/MP

LICITANTE: _____
ENVELOPE "B" (DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO)

5.3. Não será admitida a remessa dos envelopes "A" e "B"- proposta de preço e habilitação, por via postal.

5.4. Os documentos necessários à participação na presente licitação poderão ser apresentados em original, ou por qualquer processo de cópia, autenticada por cartório competente, ou



publicação em órgão da imprensa oficial, no caso de cópias, desde que acompanhadas dos originais para conferência, na sessão, pelo pregoeiro ou sua equipe de apoio.

- 5.5. Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes ou cópias em fac-símile, mesmo autenticadas, admitindo-se fotos, gravuras, desenhos, gráficos ou catálogos apenas como forma de ilustração das propostas de preço.
- 5.6. Os documentos necessários à participação na presente licitação, compreendendo os documentos referentes à proposta de preço e à habilitação e seus anexos, deverão ser apresentados no idioma oficial do Brasil, salvo quanto a expressões técnicas de uso corrente.
- 5.7. Quaisquer documentos necessários à participação no presente certame, apresentados em língua estrangeira, deverão ser autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos para o idioma oficial do Brasil por tradutor juramentado.
- 5.8. O número do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ - indicado nos documentos da proposta de preço e da habilitação deverá ser o mesmo do estabelecimento que efetivamente vai fornecer o objeto da presente licitação.
- 5.9. A não-entrega da Declaração exigida no subitem 5.1.1 deste edital implicará no não-recebimento, por parte do pregoeiro, dos envelopes contendo a documentação da proposta de preço e de habilitação e, portanto, a não aceitação do licitante no certame.
- 5.10. Após a apresentação da proposta, não mais caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

6. DA APRESENTAÇÃO E CONTEÚDO DA PROPOSTA COMERCIAL – ENVELOPE “A”

- 6.1. Os interessados deverão apresentar as suas propostas em envelope lacrado, identificado como Envelope “A”.
- 6.2. Na elaboração da proposta de preço a licitante deverá considerar as informações constantes no Termo de Referência e a data **de 10 de abril de 2008, data esta onde se iniciará a vigência da Apólice**, apresentada em 01 (uma) via datilografada/digitada, com a razão social, indicação do CNPJ da licitante, especificações dos serviços, indicação dos veículos a segurar (v. Termo de Referência), o valor da franquia obrigatória para cada veículo, do prêmio de cada veículo e do prêmio total a ser pago pelas apólices da frota de veículos, com os respectivos preços unitário e global, bem como as coberturas do seguro, devendo ser apresentada de forma clara, em moeda nacional, devidamente datada, rubricada(s) por representante legal, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, e deverá conter, além de outras informações de livre disposição, o seguinte:
- a) designação do número desta licitação;



- b) conter prazo de validade não inferior a 60 (sessenta) dias, contado da data de abertura. Na falta de tal informação será considerado proposto o prazo citado nesta alínea;
- c) **declarar**, no corpo da proposta, ou em escrito à parte, de que, nos preços mantidos na proposta escrita e naqueles que porventura vierem a ser ofertados através de lances verbais, estão incluídos todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e outros de quaisquer natureza que se fizerem indispensáveis à perfeita aquisição do objeto da licitação. A Procuradoria Geral de Justiça não admitirá qualquer alegação posterior que vise ao ressarcimento de custos não considerados na proposta feita pelo licitante sobre os preços cotados;
- d) **declarar**, no corpo da proposta ou em escrito à parte que possuem oficinas credenciadas ou conveniadas nas cidades de João Pessoa e Campina Grande do Estado da Paraíba.

6.3. Somente serão aceitas as propostas que apresentarem seguros com franquias convencionais(normal), vedada a apresentação de franquias progressivas e seguros descartáveis.

6.4 – A Companhia Seguradora deverá, sob pena ter sua proposta rejeitada, propor sua oferta livre de qualquer condição estabelecida em virtude do “Questionário Bom Risco” manejado por algumas Companhias e utilizado no momento do sinistro como “situação do risco diferente da escolhida pelo segurado no Questionário”. Não será admitido qualquer condição ou ônus para o Ministério Público da Paraíba – Procuradoria-Geral de Justiça - para o cumprimento das obrigações relativas à cobertura dos valores dos seguros solicitados e apresentadas nas propostas em razão de “situação de risco”, ficando vetado a inclusão de Cláusula de Responsabilidade.

6.5. A participação na licitação importa em total, irrestrita e irrevogável submissão dos proponentes às condições deste edital.

6.6. Ficam vedadas:

- a) a subcontratação total ou parcial do objeto, pela contratada a outra empresa;
- b) a cessão ou transferência total ou parcial do objeto do contrato.

7. APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO - ENVELOPE “B”

- 7.1. Os licitantes deverão apresentar no envelope “B” – “Documentos de Habilitação”, que demonstrem atendimento às exigências indicadas neste item.
- 7.2. Serão aceitas as certidões, em original, obtidas pela Internet, dentro do prazo de validade, sujeitando-as as verificações, caso necessário.



7.1.1. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, **onde se possa identificar o administrador**, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhados de documentos que comprovem a eleição de seus administradores;
- e) comprovante de inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhado de prova da composição da diretoria em exercício;
- f) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

7.1.2 DA REGULARIDADE FISCAL

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- b) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou a sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei;
- d) prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei.

7.1.3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Prova de regularidade junto a SUSEP – Superintendência de Seguros Privados, representada pela Certidão de Regularidade, ou documento equivalente, na forma da lei, dentro do prazo de validade em conformidade com as normas da SUSEP.

7.1.4. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO - FINANCEIRA

- a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do **último exercício social**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, devendo o balanço ser registrado na Junta Comercial, que comprovem a boa situação financeira da licitante, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais



de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta. Tais documentos deverão estar assinados pelo representante legal da licitante e por contador devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;

a.1) A boa situação financeira será avaliada através do índice de liquidez corrente (ativo circulante/ passivo circulante) não inferior a 0,50 (zero vírgula cinqüenta),

a.2) Em se tratando de empresa no seu primeiro exercício financeiro anual, o balanço a ser apresentado será o de abertura ou o último patrimonial levantado.

b) certidão negativa de falência ou concordata, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, **EXIGINDO-SE QUE TENHA SIDO EXPEDIDA, NO MÍNIMO, A PARTIR DO 1º (primeiro) DIA DO MÊS DE OUTUBRO DE 2007.**

7.1.4. Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, conforme modelo – Anexo I.

7.2 Os documentos poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou publicação em órgão de imprensa oficial. No caso de apresentação de cópias, deverão ser autenticadas por tabelião ou apresentados os respectivos originais para conferência pelo pregoeiro ou por membro da equipe de apoio, na sessão.

8. DA SESSÃO - DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO

8.1. No dia, hora e local designados no edital, será realizada sessão pública para recebimento das propostas e da documentação de habilitação, devendo o representante legal ou seu procurador proceder ao respectivo credenciamento, **COMPROVANDO, possuir os necessários poderes para formulação de propostas verbais (lance)** e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame.

8.2. Aberta a sessão, o representante legal ou seu procurador entregará ao pregoeiro, declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, conforme estabelece o inciso VII do art. 4º da Lei 10.520 de 17 de julho de 2002 (Anexo II) e, em envelopes separados, a proposta e a documentação de habilitação.

8.3. O pregoeiro procederá à abertura dos envelopes “A”, contendo as propostas, que deverão ser rubricadas por ele e membros da equipe de apoio, conferindo-as quanto à validade e cumprimento das exigências mínimas contidas no edital, sendo classificada a proposta do licitante de menor preço e aquelas que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até dez por cento, relativamente à de menor preço, para o objeto licitado.

8.4. Quando não forem verificadas, no mínimo, três propostas escritas de preços nas condições definidas no subitem acima, serão classificadas as melhores propostas subseqüentes, até o



MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Processo nº 3302/07
PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2008

máximo de três, para que os licitantes participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas suas propostas escritas.

- 8.5. Em seguida, será dado início à etapa de apresentação de lances verbais pelos proponentes, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes. Os lances verbais serão feitos levando em consideração o preço global, até o encerramento do julgamento deste.
- 8.6. O pregoeiro convidará individualmente as licitantes classificadas, de forma seqüencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor.
- 8.7. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.
- 8.8. Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, do valor total global, inferiores à proposta de menor preço, com redução mínima entre os lances de R\$ 100,00 (cem reais). A aplicação do valor de redução mínima entre os lances incidirá sobre o preço total global da proposta. Fica facultado ao pregoeiro o direito de alterar, para menor, o valor da redução mínima.
- 8.9. Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação.
- 8.10. Declarada encerrada a etapa competitiva, ordenadas as propostas o pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito e declarando vencedor da etapa.
- 8.11. Sendo aceitável a proposta de menor preço, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação - " B" - do licitante que a tiver formulado para confirmação das suas condições habilitatórias.
 - 8.11.1. Na apreciação e no julgamento das propostas não serão consideradas quaisquer ofertas ou vantagens não previstas neste instrumento, nem serão permitidas ofertas baseadas nas propostas das demais licitantes, obrigando-se o licitante, a executar as condições da proposta apresentada.
- 8.12. Constatado o atendimento das exigências mínimas fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o item/objeto do certame.
- 8.13. Se a oferta não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração



de uma proposta que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor e a ele adjudicado o item/objeto do certame.

8.13.1. Serão desclassificadas as propostas que:

- a) não atendam às exigências mínimas e requisitos estabelecidos neste edital ou imponham condições;
- b) apresentem valores manifestamente excessivos ou manifestamente inexequíveis;
- c) sejam omissas, vagas ou apresentem irregularidades ou defeitos capazes de impedir o julgamento.

8.14. Nas situações previstas nos incisos 8.9., 8.10., e 8.13, o pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

8.15. O(s) licitante(s) declarado(s) vencedor(s) deverá(ão) apresentar ao pregoeiro, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após o encerramento deste pregão, nova proposta escrita acompanhada de nova planilha de preços, observando o disposto no inciso 6.2, em conformidade com o anexo deste edital e de acordo com o correspondente item adjudicado.

8.16. Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, deverá ser assinada pela Comissão e licitantes presentes.

8.17. As omissões irrelevantes não ensejarão a desclassificação do licitantes vencedor, salvo se causarem prejuízo à Administração ou lesem direitos dos demais proponentes.

9. DA HOMOLOGAÇÃO E FORMALIZAÇÃO DA AQUISIÇÃO

9.1. O resultado do julgamento será submetido à autoridade competente, para homologação.

9.2. Após a adjudicação e homologação do resultado do certame licitatório, o licitante vencedor será convidado, mediante notificação via fax ou email, preferencialmente, remetida ao representante credenciado para o certame ou para endereço constante na proposta, para comparecer a sede da Procuradoria-Geral de Justiça e firma o negócio, no prazo de 48 horas, com as apresentações das Apólices e assinatura do instrumento contratual, tendo um prazo de 05 (cinco) dias úteis para a devolução deste.

9.2.1. O prazo de 48 horas se inicia com a notificação e será contado em horas.

9.2.2. O prazo dos 5(cinco) dias úteis se inicia com a efetiva entrega do instrumento contratual, excluindo o dia da entrega e incluindo o último dia.



9.3. É facultado a Procuradoria-Geral de Justiça, quando o convocado não comparecer no prazo estipulado no subitem anterior, ou, ainda, recusar-se, injustificadamente, entregar e cumprir com sua proposta vencedora, convocar os LICITANTES remanescentes, na ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na legislação.

9.4. A aquisição pretendida deverá ser executada em estrita conformidade com as prescrições deste edital e seus anexos, que são dele partes integrantes e inseparáveis.

10. DAS SANÇÕES

10.1. O licitante convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, que se recusar injustificadamente a entrega do bem ofertado, apresentar pendências junto aos cadastros da Administração Pública, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a entrega, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios e, será descredenciada no SIREF ou sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV, do art. 4º, da Lei nº 10.520/02, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, ficando ainda sujeita à multa de 10% (dez por cento) do valor global da proposta, devidamente atualizado, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na minuta de contrato, em anexo, e das demais cominações legais.

11. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa decorrente da contratação do objeto desta licitação correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária: 03122.5046.4216 Natureza: 33.90.39 Fonte: 00

12. DO PREÇO

O preço será o mesmo apresentado em sua proposta vencedora, durante o prazo de validade, não se admitindo qualquer reajuste.

13. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

13.1. O pagamento será feito com a apresentação das Apólices e após a devolução do instrumento contratual, no prazo máximo de até o quinto dia do mês seguinte, correspondente ao negócio objeto deste pregão, pelo preço da proposta vencedora adjudicada e homologada, não se admitindo reajuste, após a emissão da Nota de Empenho, observando-se as condições de recebimento do objeto.



13.2. O pagamento fica condicionado ao recolhimento, antecipado, do FAC – Fundação de Ação Comunitária, no percentual de 1,5 % do valor da proposta vencedora. O licitante vencedor deverá apresentar o comprovante de pagamento na Diretoria Financeira da Procuradoria-Geral de Justiça.

14. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

A Coordenadoria de Transporte e Diretoria Administrativa da Procuradoria-Geral de Justiça deverão emitir atestado de fiscalização do conteúdo das Apólices em relação às características dos veículos a serem segurados e valores de cobertura, observadas as especificações contidas no termo de referência e proposta vencedora, e ainda, a consistência e a exatidão da Nota Fiscal discriminativa, apresentada em duas vias.

15. DA REVOGAÇÃO E OU ANULAÇÃO DO CERTAME

15.1. A Administração, observadas razões de conveniência e oportunidade, devidamente justificadas, poderá revogar a qualquer momento o presente procedimento, ou declarar a sua nulidade por motivo de ilegalidade, mediante despacho fundamentado.

15.2. Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação ou revogação do procedimento licitatório.

16. DOS RECURSOS

- 16.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.
- 16.2. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 16.3. A petição poderá ser feita na sessão, e se oral, será reduzida a termo em Ata.
- 16.4. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará em decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto da licitação pelo pregoeiro ao vencedor.
- 16.5. Decididos os recursos, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor.
- 16.6. Homologada a licitação pela autoridade competente, o adjudicatário será convocado para entregar o objeto adquirido.

17. DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão solucionados diretamente pelo pregoeiro ou autoridade competente, observados os preceitos de direito público e as disposições de Lei nº 8.666/93.



18. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 18.1. O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
- 18.2. Reserva-se ao pregoeiro o direito de solicitar, em qualquer época ou oportunidade, informações complementares.
- 18.3. No interesse da Administração, sem que caiba aos participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:
- a) adiada a data da abertura desta licitação;
 - b) alterada as condições do presente edital, com fixação de novo prazo para a sua realização.
- 18.6. Não será permitida a retirada dos envelopes apresentados ou cancelamento de propostas, pelos licitantes, após a sua entrega.
- 18.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que sejam possíveis as aferições das suas qualificações e as exatas compreensões da sua proposta, durante a realização da sessão pública de Pregão.
- 18.8. As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.
- 18.9. Constituem anexos deste Edital, dele fazendo parte integrante:
- a) Anexo I - Declaração (inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal);
 - b) Anexo II - Declaração (inciso VII do art. 4º Lei 10.520 de 17/07/2002);
 - c) Anexo III - Termo de Referência;
 - d) Anexo IV – Minuta de Contrato.

João Pessoa, 2008.

FRANCISCO DE ASSIS MARTINS JUNIOR
PREGOEIRO



ANEXO I

PREGÃO Nº 001/2008/PGJMP

D E C L A R A Ç Ã O

(Razão Social do LICITANTE) , inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada na (endereço completo)____, declara, sob as penas da Lei, para os fins requeridos no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal, consoante o que se estabeleceu no artigo 1º, da Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não tem em seu quadro de empregados, menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como em qualquer trabalho, menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

João Pessoa-PB, ____ de _____ de 2008.

(Nome e assinatura do Declarante)



MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Processo nº 3302/07
PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2008

ANEXO II

PREGÃO Nº 0001/2008/PGJMP

D E C L A R A Ç Ã O

_____(Razão Social do LICITANTE)_____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada na _____(endereço completo), declara, sob as penas da Lei, para os fins requeridos no inciso VII, do artigo 4º da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação constante do subitem 7.0 do presente edital.

João Pessoa, ____ de _____ de 2008.

(Nome e assinatura do Declarante)

Obs.: Esta declaração deverá ser entregue no ato do Credenciamento



ANEXO III

PREGÃO Nº 001/2008/PGJMP

TERMO DE REFERÊNCIA

Considerando a necessidade da Procuradoria-Geral de Justiça em proteger o patrimônio de sua frota de veículos, além das demais garantias, o presente procedimento tem por finalidade à contratação de Companhia Seguradora especializada em seguro de veículos, conforme as especificações contidas no presente termo.

1) RELAÇÃO DOS VEÍCULOS PERTENCENTES AO MPPB

| VEICULOS | PLACA | COR | ANO |
|--|--------------|------------|------------|
| Renault Meganesd DYN 2.0 - Completo, cambio automático, 04 portas, gasolina Classe de Bônus 1 período 09/01/08 a 09/04/08. | MOU 0928 | PRETA | 2006/2007 |
| Renault Meganesd DYN 2.0 – Completo, cambio manual, 04 portas, gasolina Classe de Bônus 1 período 09/01/08 a 09/04/08 | MOU 0938 | PRETA | 2006/2007 |
| Renault Megane DYN 2.0 – Completo, cambio manual, 04 portas, gasolina, Classe de Bônus 1 período 09/01/08 a 09/04/08. | MOU 0898 | PRETA | 2006/2007 |
| Renault Clio Exp. 1.0 16VH Flex – vidro, trava, alarme e ar, cambio manual, 04 portas. Classe de Bônus 7 período de 09/01/08 a 09/04/08. | MOU 0968 | PRETA | 2006/2007 |
| Renault Clio Exp.1.0 16VH Flex –vidro trava, alarme e ar, cambio manual, 04 portas. Classe de Bônus 9 período de 09/01/08 a 09/04/08. | MOU 0948 | PRETA | 2006/2007 |
| Renault Clio Exp. 1.6 16VS Flex – vidro, trava, alarme e ar, cambio manual., 04 portas. Classe de Bônus 0 período de 09/01/08 a 09/04/08. | MNJ 8101 | PRETA | 2007/2007 |



MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Processo nº 3302/07
PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2008

| | | | |
|---|----------|-------|-----------|
| Renault Clio Exp. 1.6 16VS Flex, vidro, trava, alarme e ar, cambio manual, 04 portas. Classe de Bônus 0 período 09/01/08 a 09/04/08. | MNJ 8111 | PRETA | 2007/2007 |
| Renault Clio Exp. 1.6 16VS Flex, vidro, trava, alarme e ar, cambio manual, 04 portas. Classe de Bônus 0 período 09/01/08 a 09/04/08. | MNS 9976 | PRETA | 2007/2008 |
| Toyota Corolla XEI 1.8VVT, Completo, cambio manual, 04 portas, gasolina, Classe de Bônus 1 período 09/01/08 a 09/04/08. | MNN 0778 | PRETA | 2006/2007 |
| Toyota Corolla XEI 1.8VVT, Completo, cambio manual, 04 portas, gasolina. Classe de Bônus 1 período 09/01/08 a 09/04/08. | MNV 0838 | PRETA | 2006/2007 |
| Toyota Corolla XEI 1.8VVT, Completo, cambio manual, 04 portas, gasolina, Classe de Bônus 1 período de 09/01/08 a 09/04/08 | MNV 0818 | PRETA | 2006/2007 |
| Toyota Corolla XEI 1.8VVT, Completo, cambio manual, 04 portas, gasolina Classe de Bônus 6 período 09/01 a 09/04/08. | MNN 7307 | PRETA | 2006/2006 |
| Toyota Corolla XEI 1.8VVT, Completo, cambio manual, 04 portas, gasolina, Classe de Bônus 1 período 09/01 a 09/04/08. | MNN 7337 | PRETA | 2006/2006 |
| Fiat Siena HLX 1.8, 8V, Flex, Completo, cambio manual, 04 portas, Classe de Bônus 5 período 09/01 a 09/04/08. | MOA 9459 | PRETA | 2004/2005 |
| Fiat Siena 1.0 Fire, 8V, Ar, trava, cambio manual, 04 portas, gasolina, Classe de Bônus 3 período 09/01 a 09/04/08. | MMV 7627 | PRETA | 2003/2003 |
| Fiat Siena 1.0 Fire, 8V, Ar, trava, cambio manual, 04 portas, gasolina, Classe de Bônus 3 período 09/01 a 09/04/08. | MMV 7687 | PRATA | 2003/2003 |
| Fiat Siena 1.0 Fire, 8V, Ar, trava, cambio manual, 04 portas, gasolina, Classe de Bonus 3 período 09/01 a 09/04/08.. | MMV 7667 | CINZA | 2003/2003 |
| Fiat Siena 1.0 Fire 8V, Ar, trava, cambio manual, 04 portas, gasolina, Classe de Bônus 3 período 09/01 a 09/04/08. | MMV 7717 | CINZA | 2003/2003 |
| | | | |



MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Processo nº 3302/07
PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2008

| | | | |
|---|----------|--------|-----------|
| Fiat Siena 1.0 Fire 8V, Ar, trava, cambio manual, 04 portas, gasolina, Classe de Bônus 1 período 09/01 a 09/04/08. | MMV 7677 | PRETA | 2003/2003 |
| Fiat Siena 1.0 Fire 8V, Ar, trava, cambio manual, 04 portas, gasolina Classe de Bônus 3 período 09/01 a 09/04/08. | MMV 7647 | PRETA | 2003/2003 |
| GM/Blazer Advantage 2.4, 8V, completa, cambio manual, 04 portas, gasolina, Classe de Bônus 3 período 09/01 a 09/04/08. | MND 5355 | PRETA | 2005/2005 |
| GM/S-10 Executive, 4.3, 6 Cilindro, completa, cambio manual, cabine dupla, 04 portas, gasolina, Classe de Bônus 8 período de 09/01 a 09/04/08. | MOD 0179 | AZUL | 1999/1999 |
| GM/Vectra Expression 2.2CD, completo, cambio manual, 04 portas, gasolina, Classe de Bônus 3 período 09/01 a 09/04/08. | MON 2578 | CINZA | 2002/2002 |
| Kia/Besta GS Grand, 3.0, completa, 04 portas, cambio manual, diesel, Classe de Bônus 7 período 09/01 a 09/04/08. | MOA 7529 | BRANCA | 2004/2004 |
| Ford/Fiesta Sedan 1.6 8V Flex, Ar, cambio manual, 04 portas, Classe de Bônus 3 período 09/01 a 09/04/08. | MNE 1244 | PRETA | 2005/2005 |
| Ford Fiesta Sedan 1.6 8V Flex, Ar, cambio manual, 04 portas, Classe de Bônus 3 período 09/01 a 09/04/08. | MND 7494 | PRETA | 2005/2005 |
| VW Santana 2.0 MI, completo, cambio manual, 04 portas, gasolina, Classe de Bônus 9 período 09/01 a 09/04/08. | MOI 6420 | CINZA | 1999/2000 |
| VW Santana 2.0 MI, completo, cambio manual, 04 portas, gasolina, Classe de Bônus 9 período 09/01 a 09/04/08. | MNG 5019 | PRETA | 1998/1999 |
| VW Santana 1.8 MI, completo, cambio manual, 04 portas, gasolina, Classe de Bônus 6 período 09/01 a 09/04/08. | MNU 0998 | CINZA | 2000/2000 |
| VW Santana 2.0 MI, completo, cambio manual, 04 portas, gasolina, Classe de bônus 3 período 09/01 a 09/04/08. | MMW 9267 | PRETA | 2003/2003 |
| VW Santana 1.8 MI, completo, cambio manual, 04 portas, gasolina, Classe de Bônus 3 período de 09/01 a 09/04/08. | MNU 0868 | PRATA | 2000/2000 |



MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Processo nº 3302/07
PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2008

| | | | |
|---|----------|-------|-----------|
| VW Santana 1.8 MI, completo, cambio manual, 04 portas, gasolina, Classe de Bônus 1 período 09/01 a 09/04/08. | MNG 4999 | AZUL | 1998/1998 |
| VW Parati 1.6 MI Trackfield, Flex, completa cambio manual, 04 portas, Classe de Bônus 5 período 09/01 a 09/04/08.. | MNM 5748 | PRETA | 2005/2005 |
| VW 8.150 E Delivery, caminhão baú fechado, direção hidráulica, 02 portas, diesel., 0 Km – 1º SEGURO | MNO 4132 | AZUL | 2007/2008 |

1.1) INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

1.1.1 - A Procuradoria-Geral de Justiça, através da Coordenadoria de Transporte, informa aos licitantes interessados que no exercício de 2007 houve, apenas, um único e pequeno sinistro envolvendo veículo de sua frota segurada, ressaltando que o acidente foi causado por terceiro, sem que houvesse qualquer culpa por parte do condutor do veículo oficial.

1.1.2. – Informamos que as bonificações se referem ao ano de 2008 e que a atual seguradora da frota do Ministério Público é a Companhia Seguradora Tóquio Marine Seguradora S.A – CNPJ 33.164.021/0001-00.

2) ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS DA COBERTURA

| COBERTURA |
|---|
| Casco materiais a terceiros no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) |
| Danos corporais a terceiros no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) |
| Acidente pessoal por passageiro no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) |
| Seguros dos vidros |
| Franquia Normal |
| Carro Reserva por 15 dias |
| Assistência 24:00 horas |
| Cobertura abrangente com 100% da Tabela FIPE |

3) As Companhias Seguradoras deverão apresentar suas propostas desconsiderando qualquer perfil relativo ao chamado “Questionário Bom Risco” utilizado por algumas Companhias. Não será admitida qualquer condição para as obrigações relativas as coberturas dos valores solicitadas e apresentadas, salvo o pagamento da franquia correspondente.



MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Processo nº 3302/07
PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2008

4 - Do preço:

O preço do produto deverá ser o mesmo apresentado na proposta vencedora, durante o prazo de validade, que não será inferior a 60 (sessenta) dias, contados a partir da apresentação da proposta.

JANETE MARIA ISMAEL DA COSTA MACEDO
Procuradora-Geral de Justiça

ANEXO IV

PREGÃO Nº 001/2008/PGJMP

MINUTA de CONTRATO nº

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
QUE ENTRE SÍ CELEBRAM O MINISTÉRIO
PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA-PGJ E A
EMPRESA (nome da contratada), NA
FORMA ABAIXO:**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA-PGJ, com sede à Rua Rodrigues de Aquino, s/n, Centro, João Pessoa-PB, inscrito no CNPJ sob o nº 09.284.001/0001-80, a seguir denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada



MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Processo nº 3302/07
PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2008

pela sua *PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA*, **Dra.** , brasileira, casada, Procuradora de Justiça, portadora do RG sob o nº e do CPF sob nº....., residente e domiciliada nesta Capital, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e a empresa....., inscrita no CNPJ sob o nº....., estabelecida na com sede e foro nº..... Bairro....., Estado/Município, neste ato representada pelo(a) Sr(a) portador do RG sob nº – SSP/PB, e do CPF sob nº....., doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, firmam o presente contrato de prestação de serviços de seguro de veículos automotores pertencente a frota do Ministério Público do Estado da Paraíba, tendo em vista o constante e decidido no Procedimento Administrativo nº....., em consequência da licitação na modalidade Pregão Presencial nº/2008, homologada em nos termos da Lei 10.520, de 17/julho/2002, regulamentada pelo Decreto nº 3.555, de 08/agosto/2000 e suas alterações, bem como pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, subsidiariamente, as quais as partes se sujeitam, inclusive para os casos omissos, e ainda mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO –

O presente instrumento tem como objeto a contratação de empresa prestadora de serviços de seguro total (colisão, incêndio e roubo) para 34 (trinta e quatro) veículos da frota do Ministério Público do Estado da Paraíba.

PARÁGRAFO ÚNICO – São partes integrantes deste instrumento contratual, independentemente de transcrição o ato convocatório, o termo de referência e as Apólices de Seguro emitidas pela Contratada

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO – O prazo para execução do objeto do contrato será de 12 (doze) meses corridos, contados a partir da data das expedições das Apólices de Seguro, que é parte integrante deste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO - O preço total do presente contrato é de R \$....., correspondente ao valor da soma dos 34 seguros, não se admitindo qualquer reajuste durante.

CLÁUSULA QUARTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS PARA ATENDER AS DESPESAS - O presente contrato tem como classificação orçamentária , natureza da despesa , grupo , fonte .

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO - O pagamento será efetuado após a emissão das Apólices, que serão atestadas pela Coordenadoria de Transporte da



MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Processo nº 3302/07
PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2008

Contratante, anexando o comprovante de recolhimento do pagamento exigido no parágrafo único desta cláusula.

PARÁGRAFO ÚNICO - O pagamento só será efetivado com apresentação do comprovante de depósito, por parte da contratada, ao setor financeiro da contratante, do recolhimento da alíquota de 1,5% (um vírgula cinco por cento), sobre o valor correspondente ao pagamento, fatura, em face do Programa de Apoio aos Pequenos Negócios - PROPENE, instituído pelo Decreto Estadual n.13.817, de 03.01.1991, além de outras decorrentes de legislação específica.

CLÁUSULA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO - Cabe a CONTRATANTE, a seu critério e através da Coordenadoria de Transporte, exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização de todas as fases de execução do contrato e suas obrigações constantes no Ato Convocatório, Termo de Referência, Apólice e demais normas gerais pertinentes às obrigações da contratada.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A existência e a atuação da Fiscalização da CONTRATANTE em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA, no que concerne ao objeto contratado e às suas consequências próximas e remotas.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A CONTRATANTE rejeitará, no todo ou em parte, o que for executado em desacordo com o presente Contrato, as Apólices de Seguros e as disposições inerentes à execução das obrigações da contratada.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA COBERTURA

| COBERTURA |
|---|
| Casco materiais a terceiros no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) |
| Danos corporais a terceiros no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) |
| Acidente pessoal por passageiro no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) |
| Seguros dos vidros |
| Franquia Normal |
| Carro Reserva por 15 dias |
| Assistência 24:00 horas |
| Coertura abrangente com 100% da Tabela FIPE |



PARÁGRAFO PRIMEIRO – É vedado qualquer condição ou ônus para a contratante, exceto a Franquia, para o cumprimento das obrigações relativas à cobertura dos valores das coberturas.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Caberá a Contratada:

1 – manter um representante que responda, integralmente, pela Contratada, em todos os atos, nesta Capital do Estado da Paraíba, durante a vigência do contrato, para atender o Ministério Público/Procuradoria-Geral de Justiça, com a finalidade de receber e resolver reclamações, acordar, fazer pagamento de indenização e de capitais garantidos, além de outras atribuições.

2 – Fornecer a Contratante à relação de oficinas conveniadas nas Cidades de João Pessoa e Campina Grande, deste Estado, para a execução dos serviços de reparos nos veículos.

3 – Assumir as responsabilidades e obrigações constantes do Edital e seus anexos, bem como as que lhe forem correlatas com suas obrigações, ainda que aqui não expressas;

PARÁGRAFO TERCEIRO – Caberá a Contratante:

A Contratante se obriga a:

1 – garantir o acesso à equipe da Contratada para realização de perícias nos veículos da contratante;

2 – promover através de seu representante, o acompanhamento, a fiscalização dos serviços prestados, anotado em registro próprio as faltas detectadas e comunicadas à CONTRATADA as ocorrências de qualquer fato que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte daquela;

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO – A Contratante poderá rescindir o presente contrato, por ato administrativo unilateral, nas hipóteses dos arts. 78, incisos I a XII e 79, da Lei n. 8.666/93, sem que caiba à Contratada qualquer indenização, sem embargo da imposição das penalidades que se demonstraram cabíveis em processo administrativo regular.

PARÁGRAFO ÚNICO- O presente contrato poderá ser alterado de comum acordo entre as partes, através de termo aditivo, na forma da legislação.



CLÁUSULA NONA - Este Contrato regula-se pelas suas Cláusulas e pelos preceitos do Direito Público, aplicando-se-lhes supletivamente os princípios gerais da Teoria Geral dos Contratos e as Disposições do Direito Privado, reconhecendo-se os Direitos da Administração em caso de rescisão administrativa, prevista na Lei Federal n.º 8.666/93, e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - Os casos omissos serão solucionados segundo os princípios jurídicos aplicáveis, não acarretando qualquer efeito impeditivo da aplicação das regras cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS DIREITOS DA CONTRATANTE - São prerrogativas da Contratante as previstas no art. 58 da Lei n. 8.666/93, que as exercerá nos termos das normas referidas no preâmbulo deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA CESSÃO OU DA TRANSFERÊNCIA - O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DESPESAS DO CONTRATO - Constituirá encargo exclusivo da Contratada o pagamento de tributos, tarifas, emolumentos e despesas decorrentes da formalização deste contrato e da execução de seu objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO - As partes elegem o Foro da Comarca de João Pessoa, Capital do Estado da Paraíba, como competente para dirimir toda e qualquer controvérsia resultante do presente contrato, renunciando, expressamente, a outro qualquer por mais privilegiado que se configure.

E por estarem as partes justas e acordadas, as partes firmam o presente Contrato de Prestação de Serviços, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo, para que produzam seus efeitos legais.

João Pessoa....., de..... de 2008.

Procuradoria Geral de Justiça

CONTRATANTE

CONTRATADA



MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Processo nº 3302/07
PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2008

TESTEMUNHAS: 1) _____

CPF: _____

2) _____

CPF: _____